

NOSSA OPINIÃO

Conter a destruição

Por mais chocantes que sejam os dados que periodicamente mostram o crescimento da área desmatada da Amazônia, o Brasil parece incapaz de conter a destruição.

É verdade que no início do ano passado, talvez pela primeira vez desde que o problema foi detectado, o ritmo de devastação deu sinais de diminuição, segundo a revista "Science". Mas o otimismo durou pouco: de acordo com recentes informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de agosto de 2001 a agosto de 2002 foram destruídos 25 mil quilômetros quadrados da floresta, cerca de 40% mais do que nos 12 meses anteriores. Para comparação: a área do estado de Sergipe é um pouco menos do que 22 mil quilômetros quadrados.

O que causa alarme é justamente que o desmatamento não

só continua como está em aceleração — a despeito da ação do governo anterior, que parecia promissora no combate às queimadas e promovendo mudanças na regulamentação do uso da terra. Muito mais poderosos, vê-se agora, foram os efeitos do avanço da fronteira agrícola e da pecuária, da atividade das madeireiras ilegais e das trágicas queimadas.

É claro que esse imenso desastre ambiental não pode ser debitado a um governo que mal completou seis meses, menos ainda a um único ministério, o do Meio Ambiente; nem se pode atribuir responsabilidade exclusiva pelo problema ao poder público: toda a sociedade precisa participar dessa luta. Mas o primeiro passo, de fato, caberá sempre ao governo, e precisa tomar a forma de um programa abrangente e realista de preservação do maior patrimônio natural do país.

OUTRA OPINIÃO

Megaproblema

MARINA SILVA

Estamos diante de um megaproblema, um desafio inadiável: equacionar o destino da Amazônia dentro de um projeto maior de desenvolvimento, levando em conta todos os significados que a região tem, desde o simbólico até seus diferentes potenciais de crescimento socioeconômico sustentável.

Não é preciso falar da gravidade da situação que herdamos. O incêndio de Roraima, a violência contra trabalhadores rurais, a grilagem de terras públicas, a exploração ilegal de recursos naturais e os índices de desmatamento anunciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, referentes a 2001 e projeção para 2002, demonstram que o atual modelo não assegura qualidade de vida para sua população. A expansão da fronteira agropecuária concentra riquezas, deixando um rastro de devastação e pauperização que precisa ser interrompido.

Cresce, felizmente, entre líderes da região a convicção de que está na hora de mudanças consistentes, que sinalizem claramente a opção estratégica do governo e da sociedade em relação à Amazônia. Assim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os governadores da região lançaram o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em 9 de maio, em Rio Branco, Acre.

O presidente da República instituiu o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, que em 30 dias proporá medidas para conter o desmatamento. Entre os instrumentos previstos estão o ordenamento fundiário nos municípios do Arco do Desmatamento, incentivos para atividades sustentáveis; procedimentos para evitar impacto ambiental de obras de infra-estrutura, incorporação ao processo produtivo de áreas desmatadas e abandonadas, gerando emprego e renda; e atuação coordenada dos órgãos federais na região.

A expansão da fronteira agropecuária tem causado devastação

O Ministério do Meio Ambiente está iniciando um plano de ação em 14 áreas críticas do Arco. Do ponto de vista estrutural, estamos implantando um Sistema Único de Licenciamento de Propriedade Rural, que alterará profundamente o processo de autorização de desmatamento na região, incluindo a revisão da delegação de competências que hoje existe com os estados da região.

Em síntese, a forte presença do Estado na frente de expansão, o aumento de produtividade nas áreas já abertas, a redefinição sobre o financiamento (Sudam, FNO, FCO), a ação inteligente e coordenada de fiscalização, o fortalecimento das práticas sustentáveis e o diálogo permanente com os atores locais darão novo impulso ao desenvolvimento regional sustentável da Amazônia.

MARINA SILVA é ministra do Meio Ambiente.

Objetivo (Objetivo)
31/7/2008 em fe.